

Desembargador SÉRGIO RESENDE
Presidente

**DIRETORIA EXECUTIVA DE
ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS**

PORTARIA Nº 1135/2009

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE
MINAS GERAIS

USANDO DAS ATRIBUIÇÕES que lhe são
conferidas pelo Regimento Interno do Tribunal,

RESOLVE posicionar, a partir de 12/05/2009, os
servidores efetivos da Secretaria do Tribunal de
Justiça do Estado de Minas Gerais, abaixo
relacionados, no cargo e padrão de vencimento
especificados, nos termos do art. 21 da
Resolução nº 367/2011 – TJMG, de 18/04/2001:

CARGO: OFICIAL JUDICIÁRIO – CLASSE D ESPECIALIDADE: OFICIAL JUDICIÁRIO – CÓDIGO TJ-SG		
TJ	NOME	PADRÃO
6997.1	Adriana Paula Carvalho Simões	PJ-37
7001.1	Cecília Chen Ron Shin	PJ-32
5404.9	Marcia Regina de Oliveira	PJ-37
7027.6	Renata Pereira de Sá	PJ-32
6978.1	Thiago Magela Viana da Silva	PJ-29

Belo Horizonte, 01 de setembro de 2009

Desembargador SÉRGIO RESENDE
Presidente

Exonerando:

-Sabrina Cançado Moura, TJ-5784-4, a pedido, a
partir de 21.07.2009, do cargo efetivo de Oficial
Judiciário, TJ-SG, classe D, especialidade Oficial
Judiciário, PJ-33, do Quadro Específico de Cargos
de Provimento Efetivo da Secretaria do Tribunal
de Justiça do Estado de Minas Gerais;
-Vitor Ramos Mangualde, TJ-6910-4, a pedido, a
partir de 03.08.2009, do cargo efetivo de Oficial
Judiciário, especialidade Oficial de Justiça, TJ-SG,
classe D, PJ-29, do Quadro Específico de Cargos
de Provimento Efetivo da Secretaria do Tribunal
de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Nomeando Júlia Magalhães Ribeiro, TJ-7122-5,
para o cargo de provimento em comissão de
Assistente Judiciário, TJ-CAI-08, JU-A85, PJ-29,
do Gabinete do Desembargador Silas Rodrigues
Vieira da 3ª Câmara Cível da Secretaria do Tribunal
de Justiça.

1ª INSTÂNCIA

Aposentando, por invalidez, a partir de
26.09.2005, nos termos do artigo 40, § 1º, inciso
I, da Constituição Federal/88, com redação dada
pela Emenda à constituição Federal nº 41/03, c/c
art. 8º inciso III, § 2º da Lei Complementar nº 64/
02, o servidor efetivo **Zeferino Alves de Souza**,
PJPI 8667-8, no cargo de Oficial Judiciário, classe
D, da especialidade de Oficial de Justiça Avaliador,
JPI-EF-SG, PJ-44, da comarca de Águas Formosas,
de Primeira Entrância, retificando publicação de
12.10.2006.

Exonerando:

-Giovanna Brandão de Araújo, PJPI 23740-4, a

pedido, a partir de 06.08.2009, Oficial de Apoio
Judicial D, JPI-SG, do Quadro de Servidores do
Foro Judicial de Primeira Instância do Estado de
Minas Gerais, da comarca de Almenara, de Segunda
Entrância;

-Ketlem Lage Gonçalves, PJPI 19071-0, das
funções do cargo, em comissão, de Assessor de
Juiz, TJ-DAS-08, PJ-51, da 2ª Vara Cível da
comarca de Lavras, do Quadro de Pessoal da Justiça
de Primeira Instância, tendo em vista promoção
do Juiz de Direito Dr. Elias Charbil Adbou Obeid
para a comarca de Contagem;

-Rejane Aparecida Vieira, PJPI 26258-4, das
funções do cargo, em comissão, de Assessor de
Juiz, TJ-DAS-08, PJ-51, da 2ª Vara Cível da
comarca de Ribeirão das Neves, do Quadro de
Pessoal da Justiça de Primeira Instância, tendo
em vista remoção da Juíza de Direito Dra. Mara
Cristina de Avellar Fonseca para a comarca de
Vespasiano.

Nomeando:

-Ketlem Lage Gonçalves, PJPI 19071-0, para
exercer as funções do cargo, em comissão, de
Assessor de Juiz, TJ-DAS-08, PJ-51, da Justiça de
Primeira Instância, por indicação do Juiz de
Direito Dr. Elias Charbil Adbou Obeid da Vara da
Infância e da Juventude da comarca de Contagem;
-Rejane Aparecida Vieira, PJPI 26258-4, para
exercer as funções do cargo, em comissão, de
Assessor de Juiz, TJ-DAS-08, PJ-51, da Justiça de
Primeira Instância, por indicação da Juíza de
Direito Dra. Mara Cristina de Avellar Fonseca da
2ª Vara Cível da comarca de Vespasiano.

**SUPERINTENDÊNCIA
ADMINISTRATIVA**

**DIRETORIA EXECUTIVA DA
GESTÃO DE BENS, SERVIÇOS
E PATRIMÔNIO**

Diretora Executiva: Selma Michaelsen Dias

Gerência de Contratos e Convênios
Gerente: Daniela Ataíde Giovannini Alves
01.09.2009

Termos Aditivos - Contratos (Extratos)

Elevadores Oriental Ltda. – 1º TA de 12.08.2009
ao Ct. 158/2009 de 01.06.2009. - Objeto:
Prorrogação do prazo de vigência. - Vigência:
01.09.2009 a 01.12.2009. - Valor do 1º TA: R\$
840,00 - Dotação Orçamentária nº:
1031.02.061.723.4.224.3.3.90.39.32 – Locação
de Serviços Técnicos e Especializados.

Elevadores Oriental Ltda. – 2º TA de 12.08.2009
ao Ct. 105/2008 de 20.05.2008. - Objeto:
Prorrogação do prazo de vigência. - Vigência:
20.08.2009 a 20.11.2009. - Valor do 2º TA: R\$
840,00 - Dotação Orçamentária nº:
1031.02.061.723.4.224.3.3.90.39.32 – Locação
de Serviços Técnicos e Especializados.

Convênio (Extrato)

Serviço Autônomo de Água, Esgoto e Saneamento
Urbano - SAAE - Cv. 242/2009 de 21.08.2009. -
Objeto: Estabelecimento de mútua cooperação
entre as partes convenientes, visando o eficiente
funcionamento das atividades forenses na Comarca

de Sete Lagoas/MG, mediante cessão de servidor
municipal - Vigência: 21.08.2009 a 31.12.2012. -
Valor: Sem ônus para o Tribunal.

Ato de Convalidação – Convênio (Extrato)

Serviço Autônomo de Água, Esgoto e Saneamento
Urbano - SAAE - Objeto: Ato de Convalidação
para ratificação e confirmação entre as partes
convenientes, visando o eficiente funcionamento
das atividades forenses na Comarca de Sete Lagoas/
MG, mediante cessão de servidores municipais, no
período de 01.01.2009 a 21.08.2009.

Gerência de Compra de Bens e Serviços
Gerente: Henrique Esteves Campolina Silva
01.09.2009

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Nº 010/09**

TJMG X Máximo Distribuidora Ltda.
TJMG X Olmec Comercial e Serviços Gráficos
Ltda.

Processo: 1180/2009

Licitação: 065/2009

Modalidade: Pregão Presencial

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual
aquisição de materiais para escritório.

Lote 1: Máximo Distribuidora Ltda.

Caixa de papelão

Quantidade Registrada: 180.000

Valor Unit.: R\$0,71 (setenta e um centavos)

**Lote 2: Olmec Comercial e Serviços
Gráficos Ltda.**

Cola líquida branca

Quantidade Registrada: 40.000

Valor Unit.: R\$0,38 (trinta e oito centavos)

Lote 3: Máximo Distribuidora Ltda.

Lápis nº 2 preto

Quantidade Registrada: 50.001

Valor Unit.: R\$0,09 (nove centavos)

Lote 4: Máximo Distribuidora Ltda.

Item 4.1 Pincel atômico azul

Quantidade Registrada: 15.000

Valor Unit.: R\$0,53 (cinquenta e três centavos)

Item 4.2 Pincel atômico preto

Quantidade Registrada: 15.000

Valor Unit.: R\$0,53 (cinquenta e três centavos)

Item 4.3 Pincel atômico azul

Quantidade Registrada: 10.002

Valor Unit.: R\$0,53 (cinquenta e três centavos)

**DIRETORIA EXECUTIVA DE
FINANÇAS E EXECUÇÃO
ORÇAMENTÁRIA**

Diretor Executivo: José Moreira Magalhães

GERÊNCIA DE CONTROLE DE RECEITAS

Gerente: Leonardo Honório Rodrigues
31/08/2009

VALORES CREDITADOS, AGUARDANDO
PEDIDO DE ALVARÁ PARA LEVANTAMENTO

1ª PUBLICAÇÃO

Precatórios de obrigação do(a) MUNICÍPIO DE
NOVA LIMA/MG:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA nº. 010/2009
PROCESSO nº. 1180/09
LICITAÇÃO nº 065/09 – Pregão Presencial
VALIDADE: até 01 / 09 / 2010

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos 01 dias do mês de 09 de 2009, o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, com sede em Belo Horizonte/MG, na Av. Afonso Pena nº. 1420 e Rua Goiás nº. 229, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 21.154.554/0001-13, nos termos do estabelecido pela Lei Federal nº. 10.520, de 17.07.02, pelas Leis Estaduais nº. 13.994, de 18.09.01, nº. 14.167, de 10.01.02, pelos Decretos Estaduais de nº. 44.786 e nº. 44.787, ambos de 18.04.08, de nº. 44.431, de 29.12.06, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666 de 21.06.93, e alterações posteriores a estas normas, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no Edital, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador SÉRGIO ANTÔNIO DE RESENDE, a seguir denominado TRIBUNAL, resolve registrar os preços das empresas abaixo identificadas, a seguir denominadas simplesmente FORNECEDOR, observadas as disposições do Edital e as cláusulas deste instrumento.

FORNECEDOR:

LOTES 1, 3 e 4 – Máximo Distribuidora Ltda, com sede na Rua Maria Beatriz nº. 525, Bairro Havaí, em Belo Horizonte / MG, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 38.467.627/0001-20, neste ato representada por seu sócio Sr. Cláudio Felizardo Ribeiro residente na Rua Lírio Montanhês nº. 231, Bairro Havaí, portador da Carteira de Identidade nº M – 3.969.536, CPF nº. 745.409.126-15;

LOTE 2 – Olmec Comercial e Serviços Gráficos Ltda. com sede na Av. Dom Helder Câmara nº. 3302, sala 204, D. Castilho, Rio de Janeiro / RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 33.031.725/0001-04 neste ato representada por seu procurador, o Sr. Washington Arantes da Silva residente na Estrada dos Bandeirantes nº. 2697, Jacarepaguá – Rio de Janeiro/RJ, portador da Carteira de Identidade nº. 10.771.846-2 CPF nº. 070.670.557-25;

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a aquisição de artigos para escritório, especificados no [Anexo I](#) do Edital e proposta da Contratada apresentada à Licitação nº. 065/2009 – Pregão Presencial.

1.1. Este instrumento não obriga o Tribunal a adquirir os produtos nele registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitação específica para aquisição de um ou mais itens, obedecida a legislação pertinente, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência.

DOS PREÇOS

CLÁUSULA SEGUNDA. Os quantitativos, marcas, preços e fornecedores registrados encontram-se relacionados no [Anexo I](#) desta Ata.

DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA TERCEIRA. A vigência desta Ata será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, nos termos do art. 14, do Decreto nº. 44.787 de 18.04.2008.

DO GERENCIAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

CLÁUSULA QUARTA. O gerenciamento deste instrumento caberá à Gerência de Compra de Bens e Serviços, para avaliar o mercado constantemente, promover as negociações necessárias ao ajustamento do preço e publicar trimestralmente os preços registrados.

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

CLÁUSULA QUINTA. O Tribunal fará as aquisições mediante a convocação do fornecedor para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis assinar a Autorização de Compra.

5.1 Se o fornecedor recusar-se a assinar a Autorização de Compra, poderão ser convocados os demais fornecedores classificados na licitação, respeitados as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado.

DO LOCAL E PRAZO DE ATENDIMENTO

CLÁUSULA SEXTA. O prazo de entrega futura, para cada aquisição, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho pelo fornecedor, será de até 20 (vinte) dias úteis.

6.1 Local e horário para entrega: Coordenação de Controle de Material de Consumo – COMAT, situada na Av. do contorno nº. 629, Bairro Floresta, Belo Horizonte/MG, no horário de 8:30 às 11:30 horas e de 12:30 às 16:30 horas.

6.1.1. O fornecedor deverá agendar as entregas dos materiais na COMAT, através dos telefones (31)3237-6332 e 3237-6341, sob pena de não recebimento imediato das mercadorias na chegada das mesmas ao endereço supracitado.

DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

CLÁUSULA SÉTIMA. Os materiais serão recebidos na forma prevista no art. 73, inciso II da Lei Federal nº. 8.666/93.

7.1 O recebimento provisório do objeto da licitação não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução.

7.1.1. O recebimento provisório dar-se-á se satisfeitas as seguintes condições:

- a) materiais devidamente embalados, acondicionados e identificados;
- b) quantidades dos materiais em conformidade com o estabelecido na Nota de Empenho;
- c) no prazo, local e horário de entrega previstos neste Edital;
- d) de acordo com as especificações técnicas e amostras apresentadas e aprovadas.

7.1.2. O recebimento definitivo dos bens dar-se-á após:

- a) verificação física para constatar a integridade dos mesmos;
- b) verificação da conformidade com as quantidades e especificações constantes deste Edital, estando as amostras aprovadas.

7.2 Satisfeitas as exigências anteriores, lavrar-se-á Termo de Recebimento Definitivo, que poderá ser substituído pelo ateste no verso da Nota Fiscal, efetuado por servidores da Gerência de Suprimento de Controle Patrimonial.

7.3 Caso insatisfatórias as condições de recebimento, será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto rejeitado ser substituído no prazo de 08 (oito) dias, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas.

7.4 Caso a substituição não ocorra no prazo determinado, estará o fornecedor incorrendo em atraso na entrega e sujeita a aplicação das sanções previstas neste Edital.

DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

CLÁUSULA OITAVA. Constituem obrigações:

8.1. DO TRIBUNAL

8.1.1 Permitir o acesso do representante ou empregado do fornecedor ao local da entrega desde que devidamente identificado.

8.1.2 Notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos materiais.

8.1.3 Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas nesta ata.

8.1.4 Promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

8.2. DO FORNECEDOR

8.2.1 Entregar os produtos de acordo com as especificações exigidas no Edital e em consonância com a proposta respectiva, bem como cumprir o prazo de entrega e as quantidades constantes da Autorização de Compra, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula estabelecida nesta Ata.

8.2.2 Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento;

8.2.3 Substituir, no prazo de 08 (oito) dias úteis e sem ônus para o Tribunal os produtos devolvidos em razão de divergências entre o material entregue e as especificações contidas nesta Ata ou, quando for o caso, a amostra apresentada, sujeitando-se, ainda, às sanções cabíveis.

8.2.4 Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Tribunal, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao Tribunal, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da Autorização de Compra.

8.2.5 Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.

8.2.6 Aceitar nas mesmas condições deste instrumento, os acréscimos que se fizerem nas compras, de até 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade do material estimado no Anexo I deste Edital, de acordo com o art. 65, §1º da Lei federal nº. 8.666/93, não sendo necessária a comunicação prévia do Tribunal;

8.2.7 Comunicar imediatamente ao Tribunal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgáveis necessárias para recebimento de correspondência.

8.2.8 Indenizar terceiros e/ou o Tribunal, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

8.2.9 Manter, durante a vigência desta Ata, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital.

8.2.10 Responsabilizar-se por todos os ônus relativos ao fornecimento dos materiais, inclusive frete, seguro, cargas e descargas desde a origem até sua entrega no local de destino

DO PAGAMENTO

CLÁUSULA NONA. O Tribunal pagará aos fornecedores o valor unitário registrado por item multiplicado pela quantidade solicitada, que constará da Autorização de Compra e da Nota de Empenho.

9.1. No preço unitário estão incluídos todos os impostos, taxas e encargos sociais, além das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, e das despesas com transportes, as quais correrão por conta dos fornecedores.

9.2. Para cada Autorização de Compra, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal, com CNPJ idêntico ao apresentado para fins de habilitação e consequentemente lançado na Ata.

9.3. O fornecedor apresentará a Nota Fiscal na Coordenação de Controle de Material de Consumo - COMAT, acompanhada dos originais das certidões de débito junto ao INSS, FGTS e Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (válidas e regulares).

9.4. O pagamento será depositado na conta bancária do fornecedor até o 5º dia útil após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo ou o ateste no verso da Nota Fiscal.

9.5. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais ou junto ao cadastro, o Tribunal comunicará ao fornecedor para que regularize a situação.

9.5.1. Na hipótese prevista no subitem 9.5, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, devidamente regularizados.

9.6. O Tribunal se reserva o direito de descontar do pagamento os eventuais débitos do fornecedor, inclusive os relacionados com multas, danos e prejuízos contra terceiros.

9.7. Não serão pagos os materiais fornecidos em desacordo com as especificações que integram esta Ata.

DAS ALTERAÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA. O preço registrado se manterá fixo e irrevogável durante a vigência da ata, ressalvadas as hipóteses contidas no art. 65 da Lei Federal nº. 8.666/93 e no art. 15 do Decreto Estadual nº. 44.787 de 18/04/2008, desde que, devidamente comprovadas mediante planilhamento dos custos e detalhamento dos fatos supervenientes.

10.1. O pedido de alteração de preços deverá vir acompanhado, no mínimo, dos seguintes documentos:

- a) nota fiscal que comprove o novo preço praticado pelo fornecedor no período solicitado;
- b) planilha detalhada referente ao quantitativo solicitado.

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA. A presente Ata ou o registro de fornecedor específico poderá ser cancelado de pleno direito nas seguintes situações:

11.1. Pelo Tribunal:

- a) quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;
- b) quando o fornecedor não assinar a Autorização de Compra no prazo estabelecido;
- c) quando o fornecedor der causa à rescisão administrativa do contrato decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº. 8.666/93;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior aos praticados no mercado;
- e) *por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pelo Tribunal.*

11.2. Pelo Fornecedor:

- a) mediante solicitação por escrito, antes do pedido de fornecimento, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços;
- b) *mediante solicitação por escrito, na ocorrência de fato superveniente, decorrentes de caso fortuito ou força maior.*

11.3. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.3.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no "Diário do Judiciário Eletrônico", por duas vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.4. A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Tribunal, facultando-se a este a aplicação das sanções previstas nesta Ata.

11.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do fornecedor, relativas ao fornecimento dos itens.

11.6. Ocorrendo rescisão contratual na forma do inciso I, do art. 79, da Lei Federal nº. 8.666/93, o Tribunal adotará as medidas ordenadas pelo art. 80, do mesmo diploma legal.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA. Pela inexecução total ou parcial da Autorização de compra, garantida a ampla defesa, a Contratada ficará sujeita às seguintes sanções:

12.1. Ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual e, se for o caso, será descredenciado do Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Minas Gerais, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas e demais cominações legais, nos termos do art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93, do art. 7º da Lei Federal nº. 10.520/02, do art. 12 da Lei Estadual nº. 14.167/02 e do art. 18 do Decreto Estadual nº. 44.431/06 e alterações posteriores, o licitante que:

- a) convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata ou autorização de Compra, deixar de apresentar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa;
- b) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- c) não mantiver a proposta;

d) *falhar ou fraudar a execução da Ata ou Autorização de Compra;*

e) *comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.*

12.2. Pela inexecução total ou parcial da Ata ou da Autorização de Compra, garantida a ampla defesa, a Contratada ficará sujeita às seguintes sanções:

a) advertência, por escrito, informando à contratada sobre o descumprimento de quaisquer obrigações assumidas e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção;

b) multa, observados os seguintes limites:

b.1) 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento não realizado;

b.2) 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento não realizado, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega do objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas.

c) suspensão temporária de participar em licitações promovidas pelo Tribunal e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual, nos termos do art. 6º da Lei nº 13.994/2001 e demais disposições correlatas;

d) declaração de inidoneidade, nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/93 e do inc. IV do art. 18 do Decreto Estadual nº 44.431/06 e alterações posteriores.

12.3. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste edital.

12.4. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido pela Contratada, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da data da notificação da sanção, sob pena de ser descontado da garantia prestada ou do pagamento eventualmente devido pela Administração.

DA TROCA DE MARCA

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA. O procedimento para troca da marca inicialmente registrada, dar-se-á mediante solicitação formal do fornecedor, juntamente com apresentação de amostra da marca pretendida.

13.1. A solicitação deverá obedecer aos seguintes requisitos:

a) comprovação das condições técnicas da marca pretendida com as exigências em que se realizou o registro de preços;

b) apresentação de nota fiscal que comprove o preço praticado no mercado da nova marca pretendida.

13.2. A equipe técnica do TRIBUNAL terá o prazo de 20 (vinte) dias para responder a solicitação do fornecedor para troca de marca.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

b) é vedado caucionar ou utilizar a Autorização de compra decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

14.1. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Tribunal, através da Gerência de Compra de Bens e Serviços - GECOMP.

14.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

14.3. As aquisições adicionais de que trata o subitem 14.2 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

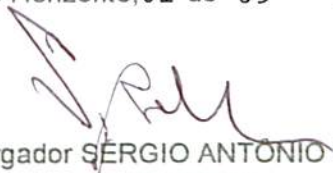
14.4. Caberá ao órgão que se utilizar da ata, verificar a vantagem econômica da adesão a este Registro de Preço.

DO FORO

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA. As partes elegem o foro da Comarca de Belo Horizonte para dirimir dúvidas ou litígios eventualmente emergentes em decorrência desta Ata.

E por estarem assim ajustadas, as partes assinam a presente Ata.

Belo Horizonte, 01 de 09 de 2009.

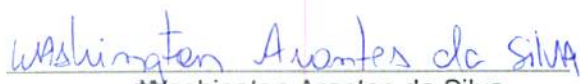


Desembargador SÉRGIO ANTONIO DE RESENDE
Presidente

Pelo Fornecedor:



Cláudio Felzardo Ribeiro
Máximo Distribuidora Ltda



Washington Arantes da Silva
Oltec Comercial e Serviços Gráficos Ltda

Testemunhas:



T.004491-3



63180

ANEXO I – DA ATA - QUANTITATIVO, MARCAS, PREÇOS E FORNECEDORES
(a que se refere a cláusula segunda da Ata de Registro de Preços 010/09)

LOTE	ITEM	UNID.	QUANT.	DESCRIÇÃO SIMPLIFICADA	CÓDIGO	MARCA	PREÇO UNITÁRIO	FORNECEDOR
01	1.1	Unid.	180.000	Caixa de papelão p/ arquivo 13,5 X 25,0 X 35,5 cm, nas dimensões mínimas de 13,0 X 24,0 X 34,0 cm em papelão de 420g/m², com capa kraft ou semi-kraft interna e externamente, com trava para fechamento e com encaixe em ambas as abas, embaladas em caixa de papelão de 50 em 50 unidades	15.10.007-3	São Carlos	0,71	Máximo Distribuidora Ltda.
02	2.1	Unid.	40.000	Cola líquida, 90g, branca, PVA, com batoque e tampa rosqueáveis, embaladas em caixas com 12 unidades	15.10.033-2	New Magic	R\$0,38	Olneq Comercial e serviços Gráficos Ltda.
03	3.1	Unid.	50.001	Lápis nº 2, preto, apontado, corpo com comprimento total mínimo de 16,5cm, embalados em caixas de 144 unidades	15.10.053-7	CIS	0,09	Máximo Distribuidora Ltda.
04	4.1	Unid.	15.000	Pincel atômico, ponta fina, azul, corpo com comprimento mínimo de 11,0cm, hidrográfico	15.10.059-6	Concept	0,53	Máximo Distribuidora Ltda.
	4.2	Unid.	15.000	Pincel atômico, ponta fina, preto, corpo com comprimento mínimo de 11,0cm, hidrográfico	15.10.060-0	Concept	0,53	
	4.3	Unid.	10.002	Pincel atômico, ponta fina, vermelho, corpo com comprimento mínimo de 11,0cm, hidrográfico	15.10.061-8	Concept	0,53	

W

2